

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: PROCESSO LICITATÓRIO PARA REGISTRO DE PREÇOS CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE CALÇAMENTOS E SERVIÇOS CORRELATOS.

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP é elaborado em observância ao disposto no artigo 18, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, com a finalidade de demonstrar a necessidade, viabilidade técnica, econômica e jurídica da realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, pelo Sistema de Registro de Preços – SRP, visando à futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de calçamentos e todos os serviços que o compõem, conforme especificações técnicas, normas aplicáveis e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos do certame.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação decorre da necessidade de atendimento às demandas dos municípios consorciados ao Consórcio AMESP relacionadas à execução, manutenção, ampliação, recuperação e adequação de vias públicas, passeios, áreas urbanas e demais espaços públicos que demandem serviços de calçamento.

Os serviços pretendidos são essenciais para garantir:

- melhoria da mobilidade urbana;
- segurança viária e acessibilidade;
- drenagem e conservação das vias públicas;
- valorização urbana e infraestrutura municipal;
- atendimento às normas de acessibilidade e engenharia;
- manutenção das condições adequadas de trafegabilidade.

Considerando que os municípios consorciados possuem demandas variáveis e sucessivas ao longo do exercício financeiro, torna-se necessária a adoção de procedimento que permita contratações futuras conforme a efetiva necessidade administrativa.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação encontra-se compatível com o planejamento institucional do Consórcio AMESP e com as necessidades operacionais dos entes consorciados, observando os princípios do planejamento, eficiência e continuidade dos serviços públicos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A futura contratação deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

4.1 Requisitos Técnicos

A empresa contratada deverá:

- possuir registro regular no CREA e/ou CAU;
- apresentar responsável técnico legalmente habilitado;
- comprovar capacidade técnico-operacional compatível com o objeto;
- executar os serviços em conformidade com:
 - normas da ABNT;
 - normas técnicas de engenharia aplicáveis;
 - legislação urbanística pertinente;
 - especificações constantes do Termo de Referência;
 - projetos e memoriais descritivos eventualmente fornecidos.

4.2 Serviços Abrangidos

Os serviços poderão compreender, dentre outros:

- execução de calçamento em piso intertravado, sarjetas e similares;
- preparação e regularização de subleito;
- compactação;
- assentamento;
- meio-fio;
- sarjetas;
- drenagem superficial;
- remoção e recomposição;
- transporte de materiais;
- sinalização provisória;
- acabamento e limpeza final.

4.3 Requisitos Operacionais

A contratada deverá:

- disponibilizar mão de obra qualificada;
- fornecer equipamentos e ferramentas necessárias;
- garantir cumprimento das normas de segurança do trabalho;
- responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;
- atender aos prazos estabelecidos nas ordens de serviço.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado da contratação foi apurado com base em parâmetros oficiais de referência, notadamente as tabelas SETOP e SINAPI

(referências JAN/2026 – MAR/2026), resultando no montante estimado **de R\$ 109.457.514,73 (cento e nove milhões quatrocentos e cinquenta e sete mil quinhentos e quatorze reais e setenta e três centavos)**.

Verificou-se ainda a existência de diversas empresas especializadas aptas à execução dos serviços pretendidos, demonstrando ampla competitividade no mercado.

A solução adotada encontra ampla disponibilidade junto ao setor privado, sendo usualmente contratada pela Administração Pública por meio de licitação, especialmente na modalidade Pregão para serviços comuns de engenharia.

Foram analisadas contratações similares realizadas por municípios e consórcios públicos, constatando-se a viabilidade técnica e econômica da utilização do Sistema de Registro de Preços para atendimento de demandas futuras e variáveis.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão, sob o Sistema de Registro de Preços, visando à futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de serviços de calçamento e atividades correlatas.

A adoção do Registro de Preços permitirá:

- maior eficiência administrativa;
- padronização dos serviços;
- celeridade nas futuras contratações;
- redução de custos operacionais;
- economia de escala;
- contratações parceladas conforme demanda;
- otimização dos recursos públicos.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades estimadas serão definidas com base:

- nas demandas históricas dos municípios consorciados;
- nos levantamentos técnicos realizados;
- nas projeções de manutenção e expansão urbana;
- nos diálogos institucionais com os entes participantes.

Os quantitativos constantes do Termo de Referência possuirão caráter estimativo, não gerando obrigação de contratação mínima ou integral por parte da Administração.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preços será realizada mediante:

- consultas a bancos oficiais de preços;

- tabelas referenciais de engenharia;
- contratações similares;
- SINAPI, SETOP e demais referenciais oficiais aplicáveis.

Os valores estimados deverão observar os princípios da economicidade e vantajosidade para a Administração Pública.

9. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

Quanto ao Preço Global:

O objeto foi reunido em LOTE ÚNICO por se tratar de uma solução composta, ou seja, não há como funcionar sem estar integrados os diversos serviços, pelas características de soluções desta natureza.

Dada a peculiaridade dos serviços, seu desmembramento em vários itens, geraria, além de dificuldades na gestão contratual, maior preço e ainda, o risco de um item ou mais restarem fracassados, o que inviabilizaria a implementação da solução.

Se cada item do grupo for considerado e precificado separadamente, o seu valor de fornecimento aumentará sensivelmente, elevando o valor estimado da contratação.

Assim, considerando-se a inviabilidade técnica e econômica para o parcelamento da solução em sua amplitude da presente contratação, bem como consideradas as suas respectivas peculiaridades, interdependência e natureza acessória entre os itens que compõem a solução, a contratação pretendida deverá ser realizada de forma global. Justifica-se, portanto, a adoção do tipo menor preço global. É sabido da prevalência da licitação por itens ou lotes de itens para cada parcela do objeto quando este é divisível. Todavia, consoante se retira da Súmula 247 do Tribunal de Contas da União esta medida só se dá quando não se verifica prejuízo para o conjunto ou complexo ou implique em perda de economia de escala. No mesmo sentido caminha a jurisprudência do Tribunal de Contas de Minas Gerais que admite a adoção do menor preço global quando justificada sua pertinência segundo um viés técnico.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a presente contratação pretende-se alcançar:

- melhoria da infraestrutura urbana;
- maior eficiência na manutenção viária;
- redução de custos administrativos;
- maior agilidade na execução dos serviços;
- padronização técnica;
- economicidade;

- atendimento eficiente aos municípios consorciados;
- melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO

Antes da formalização da contratação deverão ser adotadas as seguintes providências:

- elaboração do Termo de Referência;
- definição dos quantitativos estimados;
- indicação de dotação orçamentária, quando necessária;
- designação de fiscais e gestores da ata/contrato;
- análise jurídica do procedimento.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

A execução dos serviços deverá observar medidas de mitigação de impactos ambientais, incluindo:

- destinação ambientalmente adequada de resíduos;
- controle de emissão de poeira e ruídos;
- utilização racional de materiais;
- observância das normas ambientais vigentes;
- recuperação e limpeza das áreas executadas.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante dos elementos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se:

- tecnicamente viável;
- operacionalmente necessária;
- economicamente vantajosa;
- juridicamente adequada.

A utilização da modalidade Pregão mostra-se compatível com o objeto, por tratar-se de serviços comuns de engenharia, conforme disposto no artigo 6º, inciso XXI, alínea “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A adoção do Sistema de Registro de Preços encontra respaldo nos artigos 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em razão da natureza variável e futura das demandas dos municípios consorciados.

14. CONCLUSÃO

Ante o exposto, este Estudo Técnico Preliminar conclui pela viabilidade e conveniência da realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão, pelo Sistema de Registro de

Preços, objetivando a futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de calçamentos e todos os serviços correlatos, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência e demais documentos do certame, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

Pouso Alegre/MG, aos 09 de junho de 2026.

Engº Moacir Franco
Diretor Executivo
AMESP

